


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 8h às 18h
Público << Campo excluído do banco de dados >>
SENTENÇA

Processo Físico nº: **0003341-34.2013.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Indenização por Dano Material**
 Requerente: **Edileuza Regina Braga**
 Requerido: **Mauro Cardoso e outro**
 Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo**

VISTOS

EDILEUZA REGINA BRAGA ajuizou Ação **INDENIZATÓRIA** em face de **MAURO CARDOSO e sua esposa EDNA DE SOUZA CARDOSO**, todos devidamente qualificados. Em apenso segue impugnação à justiça gratuita, julgada irrecorrivelmente (v. fls. 40/41 e 44).

Aduz a Autora, em síntese, ter sido casada com o filho dos réus, Sr. SÓSTENES entre 06/09/2002 e 27/06/2012 (o término do casamento se deu por decisão no processo nº 265/2011, que tramitou perante a 1ª vara cível de São Carlos). O imóvel (residencial) em que viveram foi construído por ambos no terreno doado pelos sogros a seu ex-marido. Sustenta que o imóvel foi edificado com a mão de obra particular e auxílio de familiares, tendo compartilhado os custos. Dessa forma, pede a condenação dos requeridos ao pagamento de 50% do valor atual da construção existente no Lote de terreno. A inicial veio instruída com documentos às fls. 09/22.

Devidamente citados, os requeridos contestaram alegando, preliminarmente, a inépcia da inicial. No mérito, sustentaram que: 1) o terreno não foi objeto de doação; apenas permitiram que ali fosse feita a construção; 2) foi acertado entre os réus e o SR. Sóstenes que a propriedade lhe seria transferida com a venda e compra do terreno, porem nunca estipularam



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das Horário de Atendimento ao Público<< Campo excluído do banco de dados >>

qualquer prazo para a efetivação dos pagamentos; 3) nunca houve participação e ajuda financeira da autora na construção do imóvel; 4) não houve ajuda da família com a mão-de-obra, somente o pai da autora auxiliou durante 03 dias; 5) com a ocorrência do divórcio, a autora não ficou em nenhuma hipótese desamparada e sem assistência, vez que, reside em outro imóvel que foi adquirido por ela e pelo Sr. Sóstenes na constância do casamento. No mais, rebateu a inicial e pediu a improcedência da ação.

Sobreveio réplica às fls. 91/99.

As partes foram instadas a produzir provas, pelo despacho de fls.114. A Requerente pediu a prova testemunhal e a prova pericial. Os Requeridos pediram a prova pericial e a oitiva de testemunhas.

As partes foram convocadas à tentativa de conciliação, que resultou infrutífera (fls.123).

Em resposta ao despacho de fls. 125 a autora peticionou juntando documentos às fls. 127 e ss.

Audiência de instrução às fls. 143/151.

Às fls. 153/155 os requeridos juntaram documentos.

As partes apresentaram memoriais às fls. 157/160 e 162/167.

É o relatório.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das Horário de Atendimento ao Público<< Campo excluído do banco de dados >>

DECIDO.

Conforme sustentado na própria inicial as obras tiveram **início no ano de 2000.**

Na época do casamento, **em 2002**, quando autora e réu mudaram efetivamente para o local, **já existiam ali dois cômodos e um banheiro construídos** . Nesse sentido são praticamente unânimes os dizeres das testigos.

As **notas fiscais** e recibos apresentados (apenas pelo réu, já que a autora não se preocupou em trazer qualquer documento apto) **se reportam aos anos de 2001 a 2002**, enquanto que a ação foi proposta em 28/02/**2013**.

Assim, está caracterizada a prescrição da pretensão de ressarcimento de enriquecimento sem causa, cujo prazo é de três anos, de acordo com o artigo 206, § 3º, inciso IV, do Código Civil.

A regra do art. 197, I, do CPC não se aplica ao caso, já que eventual direito da autora não está sendo perseguido contra o cônjuge e sim contra os pais daquele, portanto, terceiros estranhos ao casamento.

Nesse diapasão, aliás, decidiu o TJSP na Apelação 0044982-72.2012.

Pouco (ou nada) interessa que o efetivo prejuízo surgiu após o divórcio, ocorrido em junho de 2012.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das Horário de Atendimento ao Público<< Campo excluído do banco de dados >>

...

Outrossim – agora adentrando no mérito para que a questão não fique sem o devido equacionamento - a prova amealhada não deixou clara a participação da autora na edificação das acessões, na sequencia do casamento. Antes dele ela própria admite que os esforços foram exclusivos do então noivo...

Os atos concretos de edificação couberam a Mauro, com ajuda dos filhos, segundo as testigos Welinton, Neide e Marcelo; já segundo Adelino, Luis Nery e Luis Antonio, familiares da autora também teriam contribuído.

De qualquer forma, ninguém soube esclarecer a respeito de uma participação financeira efetiva da autora, cabendo ressaltar que a maior parte do imóvel já se encontrava pronta quando o casamento foi contraído e essa edificação a autora admite que o esposo concluiu sozinho (v. fls. 55), como já dito.

Nessa linha de pensamento não vejo como dar abrigo ao reclamo inaugural.

Mais, creio, é desnecessário acrescentar.

Ante o exposto, reconheço a ocorrência de prescrição para extinguir o feito com base no art. 269, inciso IV do CPC.

Eventualmente superada essa questão em grau



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das Horário de Atendimento ao Público<< Campo excluído do banco de dados >>

de recurso, deixo desde já consignada a improcedência do pedido.

Sucumbente, arcará a requerente com as custas processuais e honorários advocatícios que fixo em R\$ 788,00, observando-se o disposto no artigo 12 da Lei 1.060/50.

P.R.I.

São Carlos, 17 de abril de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**